

**BRANQUITUDE E CURRÍCULO:
uma revisão sistemática sobre os tensionamentos entre racialidade e conhecimento na
educação escolarizada**

**WHITENESS AND CURRICULUM:
a systematic review of the tensions between race and knowledge in school Education**

Cleidiane Lemes de Oliveira¹
Maria Eduarda Alves Cruz²
Letícia Mendonça Lopes Ribeiro³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo mapear e analisar a produção acadêmica disponível na base aberta de artigos da CAPES que intersecciona a temática da branquitude com os estudos sobre currículo. O levantamento foi realizado com base na revisão sistemática de literatura (RSL) e na formulação do protocolo PRISMA, com o intuito de assegurar rigor metodológico e transparência nas etapas de seleção e análise dos estudos. Os dados iniciais do levantamento demonstram que, nos últimos dois anos, os estudos sobre branquitude cresceram significativamente, mas ainda requerem maior atenção quanto à dimensão epistemológica branca no enfrentamento do racismo e dos privilégios simbólicos da branquitude. Concluimos, preliminarmente, pela necessidade de consolidar, no campo educacional, a perspectiva da branquitude vinculada aos privilégios epistêmicos trazidos pelo currículo escolar.

Palavras-chave: Branquitude; Colonialidade; Currículo; Epistemologia.

ABSTRACT

This article aims to map and analyze the academic production available in CAPES' open access database of articles that intersect the theme of whiteness with curriculum studies. The survey was conducted based on a systematic literature review (SLR) and the PRISMA protocol, with the aim of ensuring methodological rigor and transparency in the selection and analysis stages of the studies. The initial data from the survey show that, in the last two years, studies on whiteness have grown significantly, but still require greater attention to the white epistemological dimension in addressing racism and the symbolic privileges of whiteness. We have preliminarily concluded that there is a need to consolidate, in the field of education, the perspective of whiteness linked to the epistemic privileges brought about by the school curriculum.

Keywords: Whiteness; Coloniality; Curriculum; Epistemology.

¹ Doutora e Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Cleidi.lemes@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais. acmariaeduarda@outlook.com

³ Mestra em Educação. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. leticiamendonca@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a branquitude, embora tenha avançado significativamente nos campos da Psicologia Social e da Sociologia no país (Bento, 2002; Schucman, 2012; Cardoso, 2017), ainda demonstra caráter periférico nas pesquisas educacionais. A racialização do sujeito branco, por muito tempo invisibilizada, constitui um dos desafios centrais para a consolidação de uma educação comprometida com a equidade racial e com o reconhecimento das estruturas históricas de poder que sustentam o racismo, conforme demandado pela Lei 10.639/2003.

No interior das escolas, essas estruturas se materializam de maneira particularmente sensível: o currículo – enquanto seleção política e simbólica do conhecimento – atua como mecanismo de legitimação da norma branca, naturalizando privilégios e hierarquias que organizam os conteúdos, regulando os modos de ensinar e aprender e mantendo a dimensão simbólica do conhecimento branco vinculada à colonialidade do saber.

Para compreendermos como os estudos curriculares vêm tensionando essa estrutura político-pedagógica, optamos por realizar uma revisão sistemática de literatura (RSL) na base de artigos aberta da CAPES. Nela, buscamos responder à seguinte problemática: De que modo os estudos acadêmicos, no campo educacional, têm (ou não) tensionado as relações entre branquitude e conteúdo curricular na educação escolarizada?

O artigo organiza-se em três seções: no referencial teórico, são apresentados os autores e conceitos que fundamentam a pesquisa; em seguida, detalha-se a metodologia adotada, com destaque para o uso do protocolo PRISMA na aplicação da RSL; por fim, são discutidos os resultados obtidos a partir do banco de dados da CAPES, acompanhados de gráficos e análises interpretativas.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA: fundamentos filosóficos da norma branca nas ciências humanas e sociais

Os estudos sobre branquitude desenvolveram, nas últimas duas décadas, avanços importantes na compreensão do branco como figura de poder simbólico e de manutenção de privilégios materiais. Os estudos críticos sobre a branquitude, especialmente no Brasil, dialogam com as proposições norte-americanas que, desde o final da década de 1980, com Peggy McIntosh (1988), buscam compreender o branco enquanto raça e os privilégios estruturais vinculados a essa condição.

Para Laborne (2014), há uma unidade de pensamento em torno desses estudos: o reconhecimento de que o nascimento da modernidade e o processo de racialização, empreendido pela Europa, são fundamentais para compreender como o colonialismo estruturou as relações raciais. Ainda que os autores da teoria decolonial não se filiem diretamente à gênese desses estudos, as contribuições de Aníbal Quijano (2005) – ao compreender a racialização como estrutura da colonialidade do poder, do ser e do saber – permitem ampliar a análise sobre os privilégios da branquitude em nosso território latino-americano.

Assim, enquanto os estudos críticos da branquitude partem de uma análise em estrito diálogo com a Psicologia Social (Bento, 2002, 2014; Schucman, 2012) e com a Sociologia (Cardoso, 2017), analisando os privilégios e as identidades raciais brancas, a teoria decolonial desloca o olhar para a dimensão estrutural e ocidental da racialização, que permite compreender a branquitude como eixo constitutivo da colonialidade do poder. Essa ampliação permite analisar a branquitude não apenas sob o aspecto da racialização dos sujeitos brancos, mas como tecnologia histórica de gestão do saber considerado historicamente acumulado.

É nesse ponto que o pensamento de Aníbal Quijano (2005) se torna central para compreender como a modernidade articula raça e poder. Ao descrever o entrelaçamento entre capitalismo e racialização, o autor demonstra que a modernidade não apenas hierarquizou economias, mas também produziu uma diferenciação hierárquica e ontológica entre sujeitos. Com o advento da modernidade, o branco atribui a negros e indígenas uma racialização fixa e a-histórica. Essa classificação retira o potencial epistêmico desses grupos e os reduz à função capitalista de mão de obra – escravizada e servil – a serviço dos interesses do branco colonizador. Empurrados para o que Fanon (2023) define como “zona do não ser”, esses sujeitos passam, mesmo após a colonização formal, a reproduzir o padrão colonial que lhes foi imposto pela colonialidade.

A colonialidade, nesse sentido, representa a permanência das estruturas de negação epistêmico-ontológica desses sujeitos, associadas à necessidade de “modernizá-los” e “civilizá-los” segundo os paradigmas da racionalidade moderno-colonial. A colonialidade, portanto, é branca e europeia.

Sob a perspectiva da colonialidade do ser (Lander, 2005) e, mais especificamente, do saber, percebemos que, para além das lógicas econômicas e políticas, há a reprodução de lógicas cognitivas e de modos de existência que afetam a subjetividade dos sujeitos colonizados. É notório, contudo, que todo processo de dominação gera também movimentos dialéticos de resistência. Assim, toda colonialidade carrega em si a semente de uma decolonialidade.

É nesse contexto que a questão do conhecimento ganha centralidade. Como socializar um conhecimento que legitima epistêmico-ontologicamente os sujeitos brancos, relegando à subalternidade os sujeitos negros? De que modo a colonialidade, enquanto permanência da lógica moderna, constrói um conhecimento legitimador da dominação capitalista e da produção de subjetividades que aceita os privilégios materiais e simbólicos da branquitude – ora invisibilizando-os, ora conferindo-lhes valor moral e superioridade?

Para sustentar tal estrutura, consolida-se o que aqui denominamos “epistemologia branca”. Autores como Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) apontam que a modernidade, sobretudo a partir de Descartes, introduz com o “penso, logo existo” o dualismo corpo/alma e a exclusão da dimensão geopolítica da produção do conhecimento. Ao afirmar sua existência a partir do pensamento, Descartes reitera a lógica colonial de seu tempo: os sujeitos cujas epistemologias não são reconhecidas pelo paradigma europeu moderno não pensam – logo, não existem. Esse particularismo abstrato, imposto pela branquitude europeia sob o disfarce de universalidade, converte o conhecimento em instrumento de negação ontológica.

Embora a noção de “epistemologia branca” dialogue com o conceito de colonialidade do saber, ela o especifica racialmente: trata-se da forma como a racionalidade moderna se constrói como branca, produzindo o que Maldonado-Torres (2016) chama de linha ontológica da humanidade, muito similar à zona do ser de Fanon (2023).

Podemos, assim, compreender esse particularismo como epistemologia branca, isto é, um constructo teórico que, nascido sob a lógica da razão moderna e da violência colonial, nega sua própria historicidade e parcialidade para reivindicar a si a totalidade discursiva do conhecimento e sua pretensa universalidade – sobretudo nas ciências humanas e sociais –, moralizando a violência colonial e os privilégios da branquitude.

Quando institucionalizado, esse conhecimento passa a integrar o campo acadêmico e escolar, colonizando o currículo. Como descreve Apple (2006), a centralidade do currículo está em sua tradição seletiva do conhecimento, que legitima não apenas o que é digno de ser perpetuado, mas também o que deve permanecer fora dessa seleção. O currículo, portanto, funciona como espaço de (de)colonialidade.

Na perspectiva de Charles Mills (2023), a branquitude não apenas produz e institucionaliza um conhecimento que lhe é favorável, mas também cria mecanismos ativos de não reconhecimento do mundo hierarquicamente racializado por ela mesma. O autor denomina esse processo de “epistemologia da ignorância” – uma estrutura cognitiva que protege o

conhecimento necessário à manutenção dos privilégios brancos e, simultaneamente, impede a compreensão do mundo a partir das perspectivas racializadas.

Essa epistemologia produz, como afirma Apple (2020), um “nevoeiro epistemológico”, no qual os sujeitos brancos se tornam guardiões da tradição seletiva do conhecimento, excluindo o que ameaça seu regime de verdade.

No contexto brasileiro, é a branquitude periférica a principal beneficiária dessa epistemologia da ignorância. Embora não atue como instância originária de produção epistêmica, ela garante, no Sul Global, a reprodução e difusão do conhecimento eurocentrado, mantendo a normatividade que estrutura a colonialidade. Trata-se, como explica Mills (2023), de uma posição intermediária: ainda que não encarne o arquétipo do sujeito universal moderno – o branco europeu –, usufrui diretamente dos privilégios materiais e simbólicos assegurados pela colonialidade do poder e do saber.

Schucman (2012) contribui para essa compreensão ao identificar níveis distintos de privilégio dentro da branquitude brasileira. No topo, estariam os “branquíssimos” – sujeitos brancos que acumulam marcadores sociais de poder e alto prestígio. Em níveis intermediários, os “brancos encardidos” mantêm privilégios raciais, embora de menor alcance.

No caso do currículo escolar, o conhecimento – ou a epistemologia branca – tem no sujeito branco seu destinatário simbólico. É esse sujeito que se vê, se projeta e se identifica com o conhecimento escolar. Como aponta Sueli Carneiro (2023), o sujeito negro, nessa estrutura, é sempre o “outro”: mesmo que domine o conhecimento legitimado, dificilmente é reconhecido como pertencente a esse campo epistêmico racializado.

Assim, a posse e a centralidade desse conhecimento servem para moralizar as desigualdades raciais no interior da escola e da sociedade. Ao naturalizar a ideia de que o sucesso decorre exclusivamente do esforço individual, o currículo participa da produção da epistemologia da ignorância, pois encobre o modo como o sucesso dos sujeitos brancos é sustentado pela identificação com o ideal de humanidade e racionalidade branca.

Quando a escola naturaliza a exclusão como falha individual e utiliza o desempenho – ocultando a dimensão racial – como métrica de inteligência, ela oculta os privilégios simbólicos que o sujeito branco possui dentro do espaço curricular.

O domínio da epistemologia branca, portanto, torna-se pré-requisito para o acesso a posições de prestígio, enquanto epistemologias insurgentes, que desafiam esse regime, são rotuladas como “parciais”, “ideológicas” ou “identitárias”. Tal reação evidencia o funcionamento do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022), que reatualiza privilégios herdados do colonialismo em tempos pós-coloniais, mantendo o currículo e a escola como

espaços de reprodução simbólica da hierarquia racial sob o disfarce da neutralidade meritocrática.

3 METODOLOGIA

Diante das reflexões teóricas apresentadas acima, empreendemos uma RSL (revisão sistemática de literatura) com o objetivo de mapear a produção acadêmica que relaciona a temática da branquitude com os estudos sobre currículo. De acordo com Mattar e Ramos (2021), a RSL busca definir padrões metodológicos aplicáveis tanto na área da educação quanto na área da saúde. Ela consiste em sintetizar as evidências disponíveis com base em uma problemática específica realizada *a priori*, utilizando um procedimento rigoroso, transparente e documentado em cada etapa. Sendo assim, é possível compreender as escolhas que foram feitas no percurso metodológico de modo a construir um *corpus* documental que seja pertinente para a compreensão da relevância, da atualidade e dos principais achados sobre o tema nas demais pesquisas.

O desenvolvimento desta Revisão teve início com a formulação do problema de pesquisa, etapa decisiva para dar direção e coerência ao percurso investigativo. A fim de garantir a sistematização e a transparência do processo, optou-se pela adoção do protocolo PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (Page *et al.*, 2021), referência internacional que orienta a descrição clara das etapas realizadas, das motivações que sustentam a revisão e dos resultados alcançados.

A pergunta geradora do protocolo foi: de que modo os estudos acadêmicos dentro do campo educacional têm (ou não) tensionado as relações entre branquitude e conteúdo curricular na educação escolarizada? A partir daí foi elaborado o protocolo de revisão, etapa que orienta a identificação dos estudos a serem incluídos. A busca sistemática foi realizada no banco de artigos disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como critério temporal, foram selecionados trabalhos publicados entre 2003 – ano de promulgação da Lei 10.639/2003 – e 2024, último ano com dados disponíveis no banco de dados. Como descritores, usamos as seguintes combinações: “branquitude” and “conhecimento”; “branquitude” and “currículo”; “branquidade” and “conhecimento” e “branquidade” and “currículo”. Utilizamos, como critério de exclusão, os textos que não traziam como central as discussões acerca do currículo e do conhecimento ou que discutiam essa relação fora do campo da educação escolarizada.

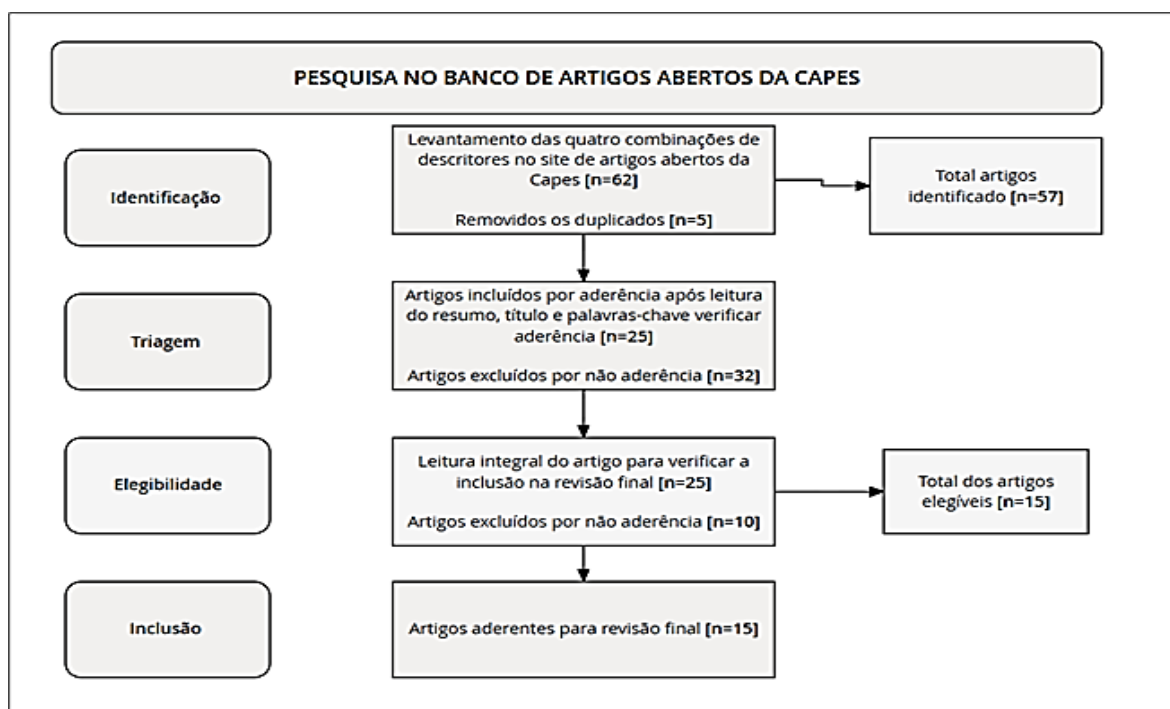
A escolha de empregar o descritor “Branquidade” juntamente com “Branquitude” decorre do fato de que os estudos norte-americanos sobre *whiteness* foram traduzidos no Brasil pelo termo “branquidade”. Ainda segundo o Cardoso (2017), embora haja estudos que tentem distinguir conceitualmente ambos os conceitos, essas diferenças não se mostram muito desenvolvidas no campo teórico e possuem pouca relevância no campo das práticas da educação das relações étnico-raciais. Sendo assim, optamos pelo uso do conceito, entendendo-o como um sinônimo de branquitude.

Para além da organização do protocolo, é recomendada a elaboração de um fluxograma que permita visualizar as etapas do processo de seleção e exclusão de artigos. Esse procedimento é composto por quatro fases: “identificação”, o levantamento de todos os dados encontrados na base consultada, apontando os excluídos por duplicidade; “triagem”, momento da leitura do título, resumo e palavras-chave como segundo filtro de exclusão; “elegibilidade”, dedicada à leitura integral dos artigos para verificar sua real relação com o problema formulado para a revisão; e “inclusão”, etapa final, que reúne apenas os textos efetivamente aderentes ao protocolo.

Seguindo essas etapas, foram encontrados, em toda a base consultada, um total de 62 artigos, dos quais cinco foram excluídos por duplicidade. Em seguida, na triagem, procedeu-se à leitura de títulos, resumos e palavras-chave, resultando em 25 artigos potencialmente relevantes. Após a leitura integral desses textos, 15 foram efetivamente aderentes ao problema de pesquisa e compuseram a etapa final de inclusão. Todas as etapas demandaram registro em planilha do Excel, garantindo a rastreabilidade e a transparência do processo de seleção dos artigos.

Abaixo, apresentamos o fluxograma com os critérios e o quantitativo em cada fase da pesquisa.

Fluxograma – Pesquisa no banco de artigos abertos da CAPES



Fonte: Produzido pelas autoras.

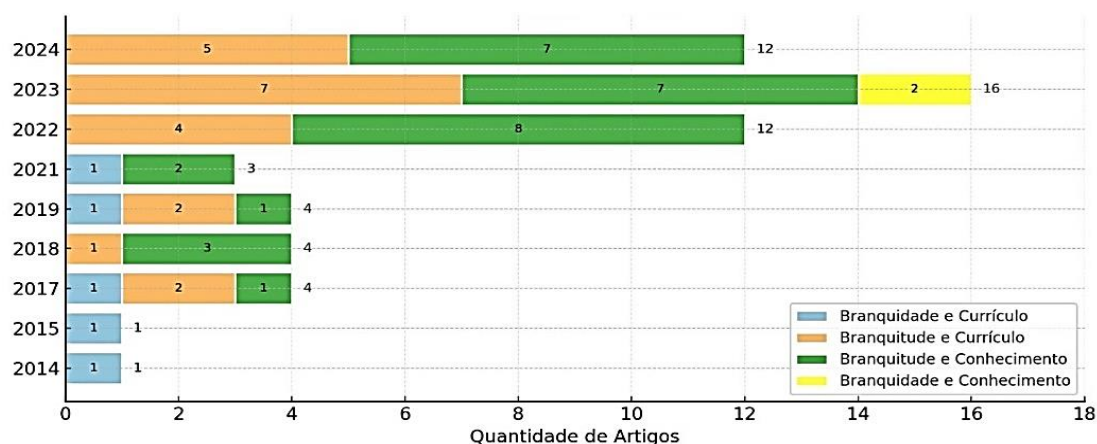
Concluída a etapa de inclusão, o *corpus* final foi constituído e organizado para análise qualitativa. Considerando o objetivo de compreender como as produções tensionam a relação entre branquitude e currículo, recorreremos à análise de conteúdo com base em Bardin (2011). Após a releitura dos textos na etapa de inclusão, categorizamos o *corpus* selecionado para análise. De acordo com as proposições da autora, seguimos a proposta denominada de “procedimento por acervo” (Bardin, 2011, p.149). Nela, as categorias são formuladas a partir da leitura exaustiva dos textos e fragmentos que compõem o *corpus* de maneira articulada com a problemática levantada para revisão. No presente artigo, as categorias são apresentadas, mas não são desenvolvidas, pois ainda carecem de maior tempo para uma análise que cumpra com o rigor científico.

Antes de apresentarmos os dados, é válido ressaltar que reconhecemos, como limitação desta revisão, o fato de a busca ter sido realizada exclusivamente na base de dados da CAPES, o que pode restringir o alcance de produções não indexadas nessa plataforma. Entretanto, tal escolha se justifica pela representatividade da base no contexto acadêmico brasileiro e por sua ampla cobertura de periódicos da área educacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresentamos os dados produzidos ao longo das quatro etapas descritas na metodologia, evidenciando os descritores mais significativos e a distribuição dos artigos por ano de publicação. De modo particular, chamamos a atenção para o primeiro gráfico, pois ele é uma imagem da base de dados consultada com relação aos descritores utilizados.

Gráfico 1 – Total de artigos encontrados na plataforma de artigos da CAPES



Fonte: Produzido pelas autoras.

Inicialmente, é importante compreender os dados apresentados no gráfico. Na plataforma da CAPES, os resultados referentes aos descritores combinados aparecem apenas a partir de 2014, ainda de forma pouco expressiva. Esse cenário se modifica significativamente a partir de 2022, quando se observa um aumento de 300% em relação ao ano anterior. Nota-se, também, que o descritor “branquitude” não se mostrou aderente aos resultados da pesquisa, independentemente do termo com o qual foi combinado. Por outro lado, os descritores “branquitude” e “conhecimento” apresentaram maior incidência, demonstrando-se mais significativos.

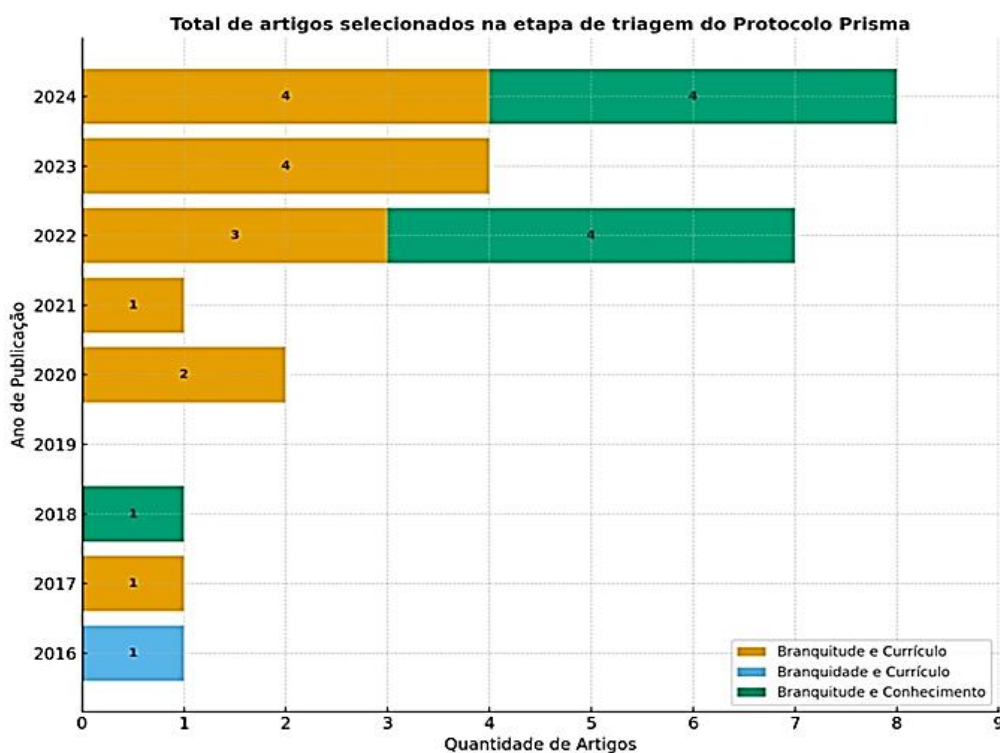
Embora o marcador temporal desta revisão tenha sido definido a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, o gráfico evidencia que o debate sobre branquitude e conhecimento só passa a ganhar força quase uma década depois da conquista da lei. Esses dados revelam a dificuldade persistente de racializar a figura branca, mesmo diante de uma legislação que torna obrigatória a abordagem das relações étnico-raciais – o que inclui, portanto, a reflexão sobre a branquitude. Tal defasagem temporal sugere que os estudos voltados à posição que o sujeito branco ocupa na reconfiguração das relações raciais ainda permanecem periféricos, o que

contribui para a invisibilização de sua condição como principal detentor de privilégios nessas relações.

De modo geral e sintético, os dados indicam que o interesse acadêmico pela relação entre branquitude, currículo e conhecimento tem se expandido nos últimos anos. Ainda que seja difícil identificar com precisão as causas desse aumento, é plausível considerar que, nesse mesmo período, o país vivenciou o avanço de pautas conservadoras e o fortalecimento da extrema direita, o que resultou em ataques às políticas de equidade racial – especialmente às voltadas à população negra. Uma possível interpretação é que esse crescimento da produção acadêmica configure uma resposta de resistência a tais ataques, reafirmando a relevância e a atualidade do debate. No entanto, essa hipótese interpretativa demandaria a incorporação de outros dados para ser confirmada.

O gráfico a seguir apresenta os dados da revisão a partir do segundo filtro realizado de acordo com o protocolo.

Gráfico 2 – Total de artigos selecionados na etapa de triagem do Protocolo PRISMA



Fonte: Produzido pelas autoras.

Observa-se que, mesmo após a triagem, os dois últimos anos continuam concentrando a maior parte das publicações, o que pode indicar uma tendência recente de ampliação dos estudos sobre branquitude vinculados ao campo educacional. Os achados que correlacionam a branquitude diretamente com o conhecimento podem sugerir que há, dentro do campo

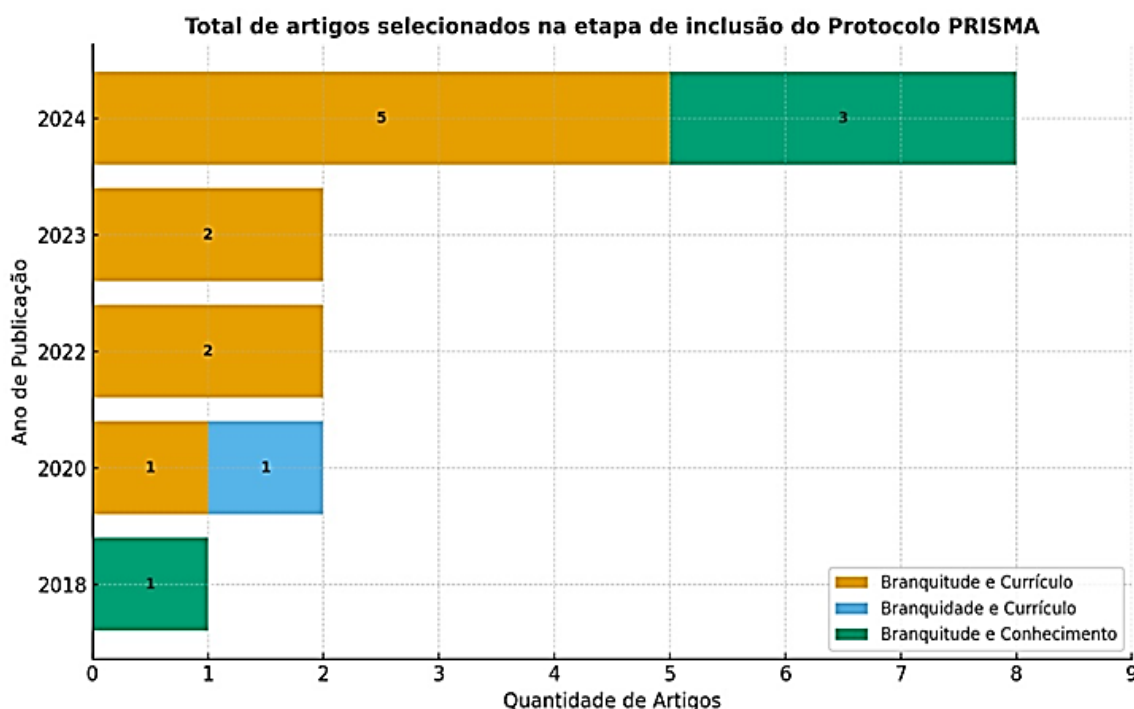
educacional, um avanço nas relações com a branquitude a partir do questionamento da dimensão epistêmica do conhecimento curricular.

Ainda que os dados não façam inferências ao conteúdo teórico dessas produções, podemos sinalizar uma possível contestação da colonialidade do saber enquanto estrutura que legitima, no interior dos espaços escolares, os privilégios da branquitude. Tal sinalização dialoga com a problemática que orientou a realização desta revisão, demonstrando a possibilidade de haver, dentro do campo curricular, tensionamentos em torno das relações entre conhecimento, currículo e branquitude.

Em que pese não podermos, neste momento, analisar os referenciais teóricos que sustentam tais produções, é relevante observar que os principais estudos sobre branquitude no país – Bento (2002), Schucman (2012), Laborne (2014) e Cardoso (2018) – já vinham se dedicando à temática desde o início do século. Essa defasagem entre a consolidação teórica e o aumento recente das publicações na área educacional nos leva a questionar em que medida as produções atuais dialogam, de fato, com esse arcabouço conceitual, se se configuram como tentativas iniciais de aproximação entre o debate da branquitude e o campo curricular e em quais aspectos teóricos avançam em relação às discussões produzidas nas últimas duas décadas.

Por fim, apresentamos o gráfico com os 15 artigos selecionados e seus respectivos descritores e anos de publicação.

Gráfico 3 – Total de artigos selecionados na etapa de inclusão do Protocolo PRISMA



Ao final, foram os descritores “branquitude” e “currículo” que apareceram em maior número entre os artigos selecionados para a análise. Em sua maioria, os textos considerados não aderentes nesta etapa apresentaram, nos títulos e resumos, a “promessa” de abordar a temática da branquitude, mas, ao longo do texto, o que se observou foi uma discussão secundária ou quase inexistente. Esse aspecto chama a atenção para questões mais pragmáticas da produção acadêmica, como o uso de termos no título e nas palavras-chave com pouca correspondência com o conteúdo efetivo dos artigos.

Por outro lado, isso também nos leva a refletir que o debate ainda carece de aprofundamento no campo da educação. Talvez ainda faltem referências mais sólidas na área que nos permitam compreender, junto às discussões sobre as disputas curriculares e a presença de outras epistemologias nesses espaços, um questionamento epistêmico sobre qual conhecimento tem sido legitimado de maneira naturalizada e inquestionável como parte do currículo. A quem serve essa naturalização? E de que modo ela reforça a ordem racista inscrita na institucionalidade dos espaços escolares?

Essas inferências, aqui apresentadas, decorrem da leitura integral dos artigos descartados na etapa de elegibilidade, o que permitiu identificar com maior precisão as razões da não aderência.

Diante dos dados quantitativos apresentados, buscamos ainda apresentar os títulos das produções selecionadas e as revistas em que foram publicadas. Embora estejamos cientes dos tensionamentos que envolvem o sistema Qualis das revistas científicas, é relevante observar que a maioria dos artigos analisados foi publicada em periódicos de estrato “A”. Também chama atenção a multiplicidade de revistas e de campos de atuação representados, o que nos permite inferir que, ainda que de forma incipiente, a discussão sobre branquitude e currículo tem se capilarizado nas distintas áreas da educação. Como se percebe abaixo, essas áreas perpassam a Geografia, a Educação Matemática, as Linguagens e a Comunicação.

Essa diversidade demonstra que o debate vem se constituindo como uma problemática transversal às ciências humanas e sociais e não deve permanecer restrito à dimensão disciplinar do conhecimento. Esse movimento nos permite sugerir que a branquitude possui potencial analítico não apenas como objeto de análise social, mas também como categoria epistemológica capaz de tensionar a legitimação do conhecimento curricular.

Quadro 1 – Arquivos finais incluídos na revisão seguindo o Protocolo PRISMA

Autores	Título	Revista	Qualis
Cíntia Cristina Lisboa da Silva, Adir Felliipe S. Santos, Felipe Eduardo M. dos Santos, Josseli Maria Silva	A produção científica geográfica e a implementação da obrigatoriedade da discussão étnico-racial na educação brasileira	Boletim Paulista de Geografia	A1
Geisa Abreu Lira Corrêa dos Santos e Renato de Carvalho Alves	Um panorama sobre a presença de decolonialidade, gênero e raça nos currículos das licenciaturas em Matemática das instituições públicas do Rio de Janeiro	Perspectivas da Educação Matemática	A2
Tiago Soares Marques e Deivison Moacir Cezar de Campos	Branquitude e formação de professores de história nas diretrizes curriculares nacionais	Revista Teias	A2
Mariana do Berimbau	Jacinta Maria de Santana: uma mulher negra multifacetada pela/na história da educação e das ciências	Teias	A2
Vera Maria Candau	Diferenças, educação intercultural e decolonialidade	Revista Espaço do Currículo	A3
Graça Regina F. da Silva Reis, Marcia Reis, Elizamary O. Ferreira e Amanda Tássila G. Silva	Virando de ponta-cabeça: branquitude, (trans)formação docente e outros mundos possíveis	Revista LES: Linguagem, Educação e Sociedade	A3
Ana Lady da Silva, Débora Massmann	Corpos silenciados: uma análise discursiva do livro didático de linguagens e suas tecnologias	Revista Leitura	A3
Ludmilla Santos de Barros Camilloto e Margareth Diniz	Estratégias na formação docente para a implementação da Lei 10.639/2003: considerações à dimensão subjetiva	Formação Docente	A4
Raissa Medeiros e Guilherme Paiva de Carvalho	Educação étnico-racial na universidade pública: um estudo comparativo entre cursos de direito de instituições estaduais da região nordeste	Interfaces Científicas	A4
Juliana S. Santana, Mar Silva, Davison da S. Souza e Gabriele da Silva Antunes	“Empretecendo os caminhos”: o Coletivo Mapinduzi e a promoção de intelectualidades negras	Revista Percursos	A4
Aline Correia Martins, Fernando Pochay, Rafaela Cotta Leonardo	Experimentações negras no currículo de uma escola de sociologia: des(a)fiando marcas de branquitude e heteronormatividade no currículo	Periferia	A4
Ana Cristina Nascimento Givigi, Cristiane Santos Oliveira	As lutas (de) negras na terra, e os desafios da elaboração teórica: o sujeito negro como agente histórico no campo	Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional	A4
Renan Mota Silva, Tatiane da Rosa Vasconcelos, Elenson Gleison de Souza Medeiros, Anne Pragana e Bruno Cardoso de Menezes Bahia	O antirracismo como prática decolonial emancipatória no âmbito da educação	Com Sertões: Revista de Comunicação e Cultura no Semiárido	B1
Izabel Cristina Santana e Sirley Lizott Tedeschi	Formação de professores: reverberando o currículo branco	Ensin@ UFSM	B2
Edmacy Quirina de Souza, Nilson Fernandes Dinis	Imagem, branqueamento e branquitude nas escolas de educação infantil	Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências	B2

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como descrito na metodologia deste artigo, as categorias de análise construídas a partir da leitura dos artigos ainda não foram devidamente desenvolvidas de modo a assegurar o rigor teórico-metodológico da pesquisa. No entanto, já foram estabelecidas quatro categorias de análise, elaboradas a partir da leitura exaustiva dos textos que compuseram o *corpus* da pesquisa. Diante disso, apresentamos, ainda que de forma sumária, essas categorias e uma síntese teórica do que entendemos ter emergido a partir delas.

4.1 Branquitude como norma-padrão

Essa categoria emerge a partir da compreensão, presente nos artigos, da branquitude enquanto norma-padrão do ser. Essa leitura dialoga com os estudos críticos da branquitude na literatura nacional e internacional, que apontam que a normatividade da branquitude tende a torná-la “invisível”. A norma sustenta uma supremacia branca que, em última instância, serve para legitimar o branco como ontologia do ser.

4.2 Branquitude como privilégio epistêmico e simbólico

Optamos por tratar separadamente o privilégio epistêmico, embora ele também esteja contido na norma, por entendermos que essa talvez seja a contribuição original no campo da educação: avançar na discussão da branquitude no sentido de compreender a dimensão epistêmica dessa norma-padrão. Ela se manifesta desde a seleção curricular, mas também no currículo oculto (Apple, 2006), a partir das atividades, textos e processos educacionais valorizados ao longo do percurso formativo de estudantes.

4.3 Branquitude e currículo em disputa

Essa categoria aponta para as tensões entre o currículo prescrito e o currículo vivido, demonstrando, de maneira freireana, que sempre que falamos da denúncia, também abrimos espaço para o anúncio de novas formas de organização e resistência. Assim, ao pensarmos a branquitude enquanto expressão da colonialidade, torna-se possível vislumbrar seu reverso: o potencial de resistência decolonial, que emerge das práticas pedagógicas que tensionam a naturalização do saber branco e a hierarquia racial inscrita nos currículos escolares.

4.4 Identidade branca antirracista?

Essa categoria expressa a dimensão da identidade branca. Seria a escola um espaço de construção de uma nova identidade branca que questiona o racismo e seus privilégios e pode, além de não ser racista, ser antirracista? Diante das proposições da Lei 10.639/2003, de reeducar para novas relações étnico-raciais, há uma atenção e um cuidado de trabalho teórico-pedagógico dessa construção?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática de literatura (RSL) apresentada sintetiza um esforço em mapear e analisar a produção acadêmica que intersecciona branquitude e currículo. Os resultados revelam que ainda são incipientes as discussões na área do currículo, embora a categoria branquitude exista há mais de duas décadas.

A partir da análise dos artigos incluídos, confirmamos a perspectiva de que a branquitude é tratada como norma-padrão. Essa normatividade sustenta a ideia de um conhecimento branco, que organiza os modelos de compreensão, seleção e validação do saber escolar. Embora as discussões dialoguem com a normatividade da Lei 10.639/2003, a distância temporal entre a promulgação da lei e os artigos encontrados indica que a legislação não possibilitou, em um primeiro momento, uma leitura pautada na reeducação dos sujeitos brancos.

Por outro lado, a diversidade de áreas e revistas em que o debate comparece evidencia uma capilarização progressiva da temática e o potencial da categoria como referência transversal. Contudo, essa mesma diversidade também pode sinalizar uma dificuldade em pensar as especificidades dessa discussão na reconfiguração do currículo como espaço de disputa ética e epistêmica.

A área do currículo demonstra ser um campo com potencial epistemológico para analisar a dimensão da branquitude desvelando com as relações entre o conhecimento selecionado mantém as estruturas de poder da norma-padrão da sociedade, trazendo uma educação que além de não ser libertadora é reprodutora do racismo e base moral para os privilégios raciais brancos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **A luta pela democracia na educação**: lições de realidades sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/>. Acesso em: out. 2025.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrílica revisitada e as críticas. In: CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia Mara Pedrosa (org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. São Paulo: Fósforo, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. (VER SE É NÃO 2023)

LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Por essa porta estar fechada, outras tiveram que se abrir**: identidade racial negra e branquitude em trajetórias de docentes da educação superior. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 21-53.

LANDER, Edgardo. Hacer ciencias sociales desde América Latina: desafíos y experiencias de investigación. **Espacio Abierto**, v. 32, n. 3, p. 161-188, jul./set. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1. jan./abr. 2016

MATTAR, João, RAMOS, Daniela. **Metodologia da pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Edições 70, 2021.

McINTOSH, Peggy. **White privilege and male privilege**: a personal account of coming to see correspondences through work in women's studies. Wellesley, MA: Wellesley College, Center for Research on Women, 1988.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*.: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Afinal, para que estudarmos branquitude? *In*: IBIRIRAPITANGA; SCHUCMAN, Lia Vainer (org.). **Branquitude**: diálogos sobre racismo e antirracismo. São Paulo: Fósforo, 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TORRES-MALDONADO, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.